



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

OFÍCIO Nº 744/2025/GAB/SG

PROJETO DE LEI Nº 51/2025

São João da Boa Vista, 20 de maio de 2025.

Ao
Exmo. Sr. Vereador
LUIS CARLOS DOMICIANO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.

RETIRADO PELO AUTOR

DATA

2 / 6 / 25
por delegação
PRESIDENTE

Assunto: **Projeto de Lei.**

Senhor Presidente,

COMISSÕES

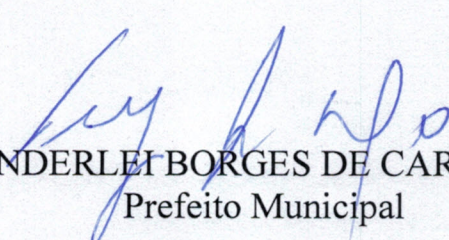
Justiça e Redação e de
Obras, Serviços Públicos e
Atividades Paralelas

DATA, 26 / 05 / 25

por delegação
PRESIDENTE

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei, que altera a Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2.002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública (CIP), e suas alterações posteriores, para dispor sobre a Contribuição para o Sistema de Monitoramento de Segurança (CSMS).

Renovamos os protestos de estima e consideração.


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

PROJETO DE LEI nº 51/2025

“Altera a Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2.002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública (CIP), e suas alterações posteriores, para dispor sobre a Contribuição para o Sistema de Monitoramento de Segurança (CSMS).”

Art. 1º - Altera o Artigo 1º da Lei nº 1. 014, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam instituídas no Município de São João da Boa Vista, as seguintes contribuições:

I - Contribuição para Iluminação Pública (CIP), destinada ao custeio, expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, incluindo o fornecimento de energia elétrica e a manutenção da rede de iluminação;

II - Contribuição para o Sistema de Monitoramento de Segurança (CSMS), destinada ao custeio da implantação, manutenção e expansão do Sistema de Monitoramento para a Segurança e Preservação de Logradouros Públicos, nas áreas urbanas e de expansão urbana do município.

Parágrafo único - Para fins de identificação e lançamento serão utilizadas as siglas CIP, para a Contribuição de Iluminação pública e CSMS para a Contribuição do Sistema de Monitoramento de Segurança.”

Art. 2º - Altera o caput e os §§ 1º e 2º do Artigo 2º, da Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - São contribuintes CIP e da CSMS, todos os proprietários titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis, edificadas ou não, localizados nas zonas urbana ou de expansão urbana do Município de São João da Boa Vista/SP.



Município de São João da Boa Vista

Gabinete do Prefeito

Secretaria Geral

§1º - A CIP e/ou a CSMS não incidirão sobre os imóveis localizados em vias e logradouros públicos que não sejam beneficiados pela iluminação pública e/ou monitoramento de segurança.

§2º - Ficam isentos da CIP e da CSMS, os imóveis pertencentes ou ocupados por instituições sem fins lucrativos legalmente constituídas e inscritas no Conselho Municipal da Assistência Social."

Art. 3º - Altera o Artigo 3º, da Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - A base de cálculo da CIP será o valor total dos custos previstos no inciso I do Artigo 1º desta lei."

Art. 4º - Fica acrescido à Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2002, o seguinte Artigo 4º-A:

"Art. 4º-A - A base de cálculo da CSMS será o valor total dos custos previstos no inciso II do Artigo 1º desta lei."

Art. 5º - Fica acrescido à Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2002, o seguinte artigo 4º-B:

"Art. 4º-B - A CSMS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CSMS = \frac{VTS}{TIS}$$

onde:

VTS = valor total dos custos do Sistema de Monitoramento no mês imediatamente anterior à cobrança, ou calculado com base nos gastos do exercício anterior, corrigidos pelo índice adotado pela Prefeitura Municipal para correção de tributos;

TIS = total de imóveis não isentos da CSMS constantes do Cadastro Imobiliário e atendidos diretamente pelo Sistema."



Município de São João da Boa Vista

Gabinete do Prefeito

Secretaria Geral

Art. 6º - Altera o Artigo 5º, da Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - A cobrança da CIP e da CSMS poderá ser realizada diretamente ou por meio de convênio ou contrato celebrado com a operadora do sistema de energia elétrica.”

Art. 7º - Altera o Artigo 6º, da Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Aplicam-se às contribuições previstas nesta lei, no que couber, as normas do Código Tributário Nacional e da Lei Complementar Municipal nº 106, de 23 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal, inclusive quanto a infrações e penalidades.”


Art. 8º - Altera o Artigo 7º, da Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - Esta lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Executivo.”

Art. 9º - As contribuições instituídas por esta lei serão incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2.026, e dá outras providências.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitados os princípios da anterioridade e da noventena.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco (20.05.2025).


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

JUSTIFICATIVA:

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação desta Câmara, o incluso Projeto de Lei que altera a Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2.002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública (CIP), e suas alterações posteriores, para dispor sobre a Contribuição para o Sistema de Monitoramento de Segurança (CSMS).

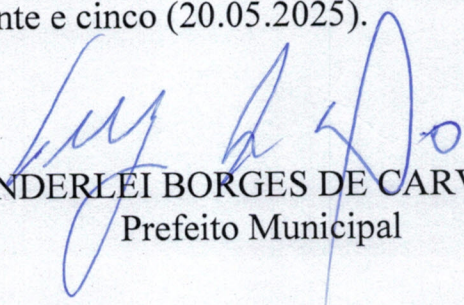
A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, que altera o Sistema Tributário Nacional, alterou o Art. 149-A da Constituição Federal, autorizando o Município a instituir, além da contribuição para o custeio, a expansão e melhoria do serviço de iluminação pública, já instituída neste Município em 2002, também instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, sendo imperativo o Município alterar sua legislação.

Art. 149-A. Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o disposto no Art. 150, I e III. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023).

Parágrafo único - É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002).

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à elevada apreciação dos Senhores Vereadores, confiando na sensibilidade e espírito público desta Casa Legislativa para sua aprovação.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco (20.05.2025).


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal



Município de São João da Boa Vista
Gabinete do Prefeito
Secretaria Geral

OFÍCIO Nº 784/2025/GAB/SG

OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 375/2025

São João da Boa Vista, 29 de maio de 2025.

Vossa Senhoria
Sr. LUIS CARLOS DOMICIANO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.

Assunto: **Retirada de Projeto de Lei**

Senhor Presidente:

Venho, pelo presente, solicitar a retirada do Projeto de Lei, abaixo especificado, em tramitação na Câmara Municipal, pelo Of. GAB. nº 744/2025, que “Altera a Lei nº 1.014, de 30 de dezembro de 2.002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública (CIP), e suas alterações posteriores, para dispor sobre a Contribuição para o Sistema de Monitoramento de Segurança (CSMS)”.

Impõe-se a retirada do referido Projeto de Lei para reestudo, objetivando a análise mais detalhada referente ao assunto.

Aproveitando o ensejo, renovo os protestos de estima e consideração.

VANDERLEI BORGES DE
CARVALHO:72340606853

Assinado de forma digital por
VANDERLEI BORGES DE
CARVALHO:72340606853
Dados: 2025.05.29 09:27:50 -03'00'

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

pedido de retirada

APROVADO

21/6/25

por delegação
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em:

29/05/25

Marina

funcionária